



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010**

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Suprima-se o artigo 43 e parágrafos do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 8.045, de 2010.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 43 urde o instituto da investigação defensiva, que oportuniza ao advogado ou defensor público a promoção direta de “diligências investigatórias necessárias ao esclarecimento de determinado fato, em especial a coleta de depoimentos, pesquisa e obtenção de dados e informações disponíveis em órgãos públicos ou privados, elaboração de laudos e exames periciais por profissionais privados, ressalvadas as hipóteses de reserva de jurisdição e os procedimentos previstos na legislação de acesso à informação”.

Não obstante a impossibilidade técnica de “elaboração de laudos” por profissionais privados, uma vez que essa atividade é intrínseca aos peritos oficiais, que são servidores estatais e dotados de fé pública, ainda assim a extensão à particulares de atribuições que são próprias de funcionários públicos, como o poder de investigação e a coleta de depoimentos, nos parece imprópria e inconcebível e fere à própria administração pública, constitucionalmente estruturada para esse fim.

Ademais, essa disposição permite o aumento da desigualdade na promoção da defesa, já que apenas quem detém melhores condições econômicas e puder se fazer valer destes instrumentos para produção de provas, que não serão acessíveis a todos, terá mais condições de êxito judicial, perpetuando, assim, os altos índices de impunidade e a enfadonha narrativa de que “no Brasil só o pobre cumpre pena”.

Não se olvide que os meios atuais de defesa são amplos e incontáveis e, na prática, já permitem essa atuação, a critério das partes. É possível o investigado patrocinar a realização de diligências, das mais diversas espécies, para a produção ampla de provas visando a demonstração de sua inocência. Contudo, não se tratam de funções que são desempenhadas pelo poder público, mas apenas de dispositivo capaz de contribuir na produção das provas em direito admitidas.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Câmara dos Deputados, de agosto de 2021.

**Deputado Subtenente Gonzaga**

**PDT - MG**